

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO



FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2022

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

.....

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciências humanas: diálogo e política de colaboração

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: diálogo e política de colaboração /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0046-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.462222403>

1. Ciências humanas. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio
(Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Estimados leitores e leitoras;

Sendo cada vez mais necessária, a transdisciplinaridade se configura como um requisito epistemológico, uma vez que o que buscamos compreender, problematizar e analisar não se limita, estritamente, a uma única área do saber. É preciso “sacudir” as estruturas e apontar caminhos múltiplos para se pensar o mundo ao nosso redor.

Assim sendo, por meio de uma abordagem transdisciplinar a obra **Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração**, propõe uma discussão, crítica e contemporânea, entre diversos campos do saber, buscando expandir os horizontes acerca das correlações das Ciências Humanas com diversas outras disciplinas.

Neste sentido, ao longo de 17 capítulos podemos vislumbrar discussões que abordam as temáticas sobre juventude, feminilidades, saúde, política, educação, sociedade, dentre outras que se configuram como mecanismos para compreensão das dinâmicas sociais, a nível nacional e internacional.

Especialmente a partir deste atual cenário social e político que vivenciamos, as reflexões realizadas na coletânea **Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração** se tornam fundamentais para se pensar sobre o(s). lugar(es). que as Ciências Humanas têm ocupado diante das diversas perspectivas de compressão sobre o mundo e sobre as formas de compreendê-lo e melhorá-lo. Trazendo à tona, por conseguinte, discussões necessárias para tencionar reflexões sobre o mundo contemporâneo.

Para tanto, esperamos que essa coletânea de textos possa se mostrar como uma possibilidade discursiva e reflexiva para novas pesquisas e novos olhares sobre os objetos das Ciências Humanas em consonância com outras áreas do saber.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!


Fabiano Eloy Atilio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A JUVENTUDE E SUA RELAÇÃO COM TRABALHO E EDUCAÇÃO

Samille Schmid Lopes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224031>

CAPÍTULO 2..... 14

INCLUSÃO DE JOVENS RURAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL POR MEIO DA CONFIGURAÇÃO DA FERRAMENTA WEB 2.0 E DA REDE SOCIAL

Miguel Gregorio Argote Salgado

Víctor Enrique Macías-Villamizar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224032>

CAPÍTULO 3..... 19

A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Luzinete de Souza Oliveira


Solange Aparecida Bolsanelo Merlo

Camila Bruschi Tonon

Larissy Alves Cotonhoto

Lucyana Veríssimo Pascoal Costa


Anderson José Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224033>

CAPÍTULO 4..... 30

SOFRIMENTOS SOCIAIS; REFLEXOS DO PERÍODO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA TRATAMENTO DA HANSENÍASE NO BRASIL

Thiago Pereira da Silva Flores


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224034>

CAPÍTULO 5..... 41

EDIPO MITO-LÓGICO

Marcelo A. Frazzetto


Rosario-Santa Fe-Argentina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224035>

CAPÍTULO 6..... 47

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES EM PERÍODOS DE TRANSIÇÃO: UM ESTUDO COMPARADO


Laura Dantas de Moura








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224036>




CAPÍTULO 7..... 63

TOLERÂNCIA ZERO NO ESPÍRITO SANTO E A SELETIVIDADE PENAL CAPIXABA

Renan Subtil Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224037>

CAPÍTULO 8	75
OS IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS E DE SAÚDE DA COVID-19 NOS PAÍSES NÃO DESENVOLVIDOS E OS DESENVOLVIDOS	
Maria José Oliveira Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224038	
CAPÍTULO 9	85
LA PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA SIMBÓLICA. UNA MIRADA DESDE TEORÍA DE LA SUBJETIVIDAD	
Lisbet Teresa Pérez Salina	
Dalia Portuondo Kindelán	
Reynaldo Vega Chacón	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224039	
CAPÍTULO 10	93
LOS ANDROIDES YA SUEÑAN CON HUMANOS ARTIFICIALES	
Daniel Román March	
Marcos Llanos Nieto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240310	
CAPÍTULO 11	98
QUATRO FACES: AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO MITO DE RAGNARÖK	
Angela Albuquerque de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240311	
CAPÍTULO 12	112
A BUCÓLICA X DE VIRGÍLIO ENTRE O AMOR BUCÓLICO E O ELEGÍACO: UMA CRÍTICA EPICURISTA DO AMOR DESMEDIDO	
Amanda Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240312	
CAPÍTULO 13	116
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PROTEÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	
Claudia Maria Prudêncio de Mera	
Denise Tatiane Girardon dos Santos	
Domingos Benedetti Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240313	
CAPÍTULO 14	126
EDUCAÇÃO FINANCEIRA POR MEIO DE MODELAGEM MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO	
Mariana Thais Garcia	
Tiago Emanuel Klüber	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240314	

CAPÍTULO 15	132
PROCESSO DE ANÁLISE DE DESEMPENHO PROFISSIONAL Juliana Carneiro Rodrigues André Ribeiro da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240315	
CAPÍTULO 16	143
CONHECER A PAISAGEM ATRAVÉS DA BANDA DESENHADA Miguel Castro  https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240316	
CAPÍTULO 17	159
VIAGENS: TURISMO CULTURAL COMO DISPOSITIVOS DE APRENDIZAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA Talita Fontes Miranda  https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240317	
SOBRE O ORGANIZADOR	166
ÍNDICE REMISSIVO	167

CAPÍTULO 6

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES EM PERÍODOS DE TRANSIÇÃO: UM ESTUDO COMPARADO

Data de aceite: 01/02/2022

Data da submissão: 10/01/2022

Laura Dantas de Moura

Universidade de São Paulo, Instituto de
Relações Internacionais
São Paulo -SP

<http://lattes.cnpq.br/6153879766763930>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo estudar a ação de mulheres e grupos feministas em períodos de transição, pós-conflito armado, além de verificar as mudanças alcançadas relativas a direitos das mulheres, políticas afirmativas colocadas em prática e cargos políticos ocupados por mulheres. O estudo de caso será feito com base na análise comparada (Ruanda e Nepal). a fim de examinar, de forma abrangente, as ações e mudanças verificadas em diferentes contextos.

PALAVRAS-CHAVES: Conflito armado, negociações de paz, mulheres, participação política, pós-guerra, período de transição.

POLITICAL PARTICIPATION OF WOMEN IN TRANSITIONAL PERIODS: COMPARATIVE STUDY

ABSTRACT: This article has the objective to study actions taken by women and feminist groups in transitional periods, after armed conflicts, as well as verify the changes regarding women's rights, affirmative politics put in place, and political roles occupied by women. The comparative

study was done based on comparative analyses (Ruanda and Nepal). with the goal to examine, in a comprehensive way, the changes in different contexts.

KEYWORDS: Armed conflict, peace negotiations, women, political participation, post-war period, transitional period

INTRODUÇÃO

O estudo foi dividido em etapas. Na primeira fase, foram feitos um levantamento e uma revisão da bibliografia acerca da participação política de mulheres em período de transição. Dado a necessidade de uma extensa revisão bibliográfica, analisei, em especial, os artigos publicados no livro *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*, sendo estes com foco nos casos de estudo da presente pesquisa ou não. Para além disso, o método de process tracing prevê uma exposição dos fatos de maneira cronológica, para compreender de forma ampla a condição social anterior ao período aqui trabalhado e a progressão do conflito. Ademais, apresenta-se a coleta de dados qualitativos referentes aos direitos e a participação política das mulheres nos países estudados.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Estudos acadêmicos sobre reconstrução pós-conflito tendem a negligenciar a figura da

mulher e tratar somente das necessidades e contribuições de homens, acompanhando a tendência do próprio processo de reconstrução. Poucos são os estudos que trabalham em cima da atuação feminina, portanto, estes tendem a uma concordância.

Um dos principais consensos na academia é o preceito de que mulheres e garotas sofrem de forma diferente a homens. Mulheres são mais afetadas pela queda ou falha do Estado, enfatizando a necessidade de se coloca-las em posições centrais para programas de peacekeeping (MZVONDIWA), ideia também defendida pelas Nações Unidas, órgão que prove suporte institucional, principalmente a partir da na Resolução 1325 do Conselho de Segurança.

A exclusão de mulheres e/ou falha em considerar gênero nos processos de peacebuilding coloca em risco não somente o avanço, a consolidação e a manutenção dos direitos das mulheres, como também o sucesso da operação como um todo. Os estudos colocam como ponto de atenção o fato de que, ainda que as Nações Unidas e outras Organizações Internacionais que promovem a paz se dizem preocupadas com a paridade de gênero, isso não se reflete na prática.

Além disso, os estudos partem da ideia de que conflitos permitem rápida mudança social, possibilitando um espaço para moldar novos parâmetros sociais. O espaço conquistado por mulheres durante o conflito é muitas vezes acidental ou colateral, feito a inclusão no mercado de trabalho quando seu marido deixa de ser o provedor da família – por estar em combate, ter sido morto em combate etc. Ainda assim, esses ganhos podem se fazer permanentes após o fim do conflito, a ressalva que se faz é em relação as condições destes, muitas vezes ainda contrastantes com a posição do homem na sociedade. Tomando como exemplo a inclusão econômica, frequentemente as mulheres se colocam no mercado de trabalho informal, ilegal ou sexual. É preciso atentar para a qualidade dessa inclusão.

Outro tópico amplamente discutido em todos os estudos sobre a matéria é o uso do estupro como arma de guerra e limpeza étnica, como o intuito de humilhar e ganhar vantagem sob o oponente. A estigma que envolve essa violência sexual faz com que as vítimas sofram não somente no ato, mas também com a repercussão do caso: humilhação e culpabilização; separação forçada da família; infecção por DST, principalmente AIDS; e gestação não-desejada, podendo levar ao aborto inseguro ou ao nascimento de uma criança não-desejada.

Um dos poucos pontos de inflexão é a representação da figura da mulher no conflito. A imagem do homem como unidade forte e violenta em oposição a mulher frágil, indefesa e pacífica é utilizada para argumentar que conversas de paz devem incluir mulheres, dado sua inclinação natural a paz e resolução de conflito (TRIPP, BUSS E ALI). As mulheres são raramente pensadas como elementos ativos em situações de conflito mesmo que o tenham sido. Essa visão é ecoada fora da academia, a exemplo de pacotes de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). das Nações Unidas que nem sempre considera mulheres combatentes (POTI, Unidade III, Parte 1C). Apesar dessa visão defender a

presença de mulheres no processo de paz e em decisões políticas posteriores, ela o faz a partir de uma discriminação baseada no gênero.

Por sua vez, outros estudos, feito *The impact of civil war and state collapse on the roles of Somali women: a blessing in disguise* de Mohamed H. Ingiriisa e Markus V. Hoehneb e *Gender and genocide in Rwanda: Women as agents and objects of Genocide* de Lisa Sharlach, apontam para a participação direta e indireta de mulheres em conflitos, sendo elas não somente vítimas e agentes da paz, como também incitadoras e perpetuadoras. Esses estudos avaliam que não podemos tratar homens e mulheres como duas unidades opostas, homogêneas entre si. A visão de mulheres como uma unidade pacífica é, então, uma armadilha, que, a fim de promover a participação do gênero feminino nos acordos de paz, reproduz e reforça noções de gênero existentes. Esses estudos apontam para um apagamento da atuação violenta de mulheres nos conflitos, algo nocivo para a construção da paz, uma vez que deliberadamente deixa de abordar causas do envolvimento e da origem do conflito.

Análise factual dos conflitos

Além da revisão bibliográfica, percebeu-se a necessidade de traçar a progressão factual dos conflitos, que se dá para que a pesquisa consiga apresentar o cenário do qual o período de transição é herdeiro. Precisamos entender a evolução do conflito e os aspectos histórico-culturais dos países estudados, para então compreender como se deu o desenvolvimento da atuação e participação política das mulheres e ter bases factuais qualitativas para comparar essa participação pré e pós conflito.

Para o caso de Ruanda, baseei-me nos textos de Albuquerque (2017).; Fructuozo e Amaral (2009).; e Couto (2010), enquanto para o caso de Nepal utilizei os estudos de Pyakurel (2013).; Thapa e Canyon (2017).; Gul (2007).; e Tamang (2009).

Process Tracing do Conflito em Ruanda

Ruanda é um país situado na região dos Grandes Lagos da África centro-oriental que viveu, em 1994, um genocídio de dimensões sem precedentes. A população ruandesa está dividida em 3 principais etnias: hutu, tutsi e twa, que representam respectivamente 84%, 15% e 0.3% da população, contudo, apenas as duas primeiras têm histórico de conflito massivo. Desde o período pré-colonial, os lavradores (hutus). e os criadores de gado (tutsis). encaravam uma hierarquia baseada em distinções sociais e físicas. Contudo, foi no período de colonização que os belgas exploraram essas diferenças a fim de disseminar repressão, exclusão e conflitos. O período colonial e o tratamento das etnias pela coroa belga são de suma importância para o entendimento dos conflitos étnicos e suas origens, recomendo a leitura de *Ruanda: Memórias de um Genocídio*, de Ligia Maria Lario Fructuozo e Sérgio Tibiriça Amaral, para melhor aprofundamento do assunto. Aqui, cabe enfatizar que houve

um processo de reinvenção das identidades hutu e tutsi, criando conflitos indenitários que alimentaram a guerra e o genocídio.

A cronologia do genocídio em si tem como início o assassinato do Presidente Juvenal Habyarimana. O presidente era um hutu moderado que pedia trégua nos ataques aos tutsis, posição que gerava oposição nos hutus radicais. É relatado que sua própria esposa, Agathe, liderava um pequeno grupo de elite chamado Akazu, que futuramente seria conhecido como Poder Hutu, grupo que organizava ataques em massa a tutsis. A posição de Agathe reforça o posicionamento que as mulheres não são e não podem ser vistas como somente vítimas indefesas de conflitos. A mulher é e pode ser muito mais do que isso.

Em abril de 1994, Habyarimana se deslocou até a Tanzânia para assinar acordos de paz e cessar-fogo com o exército rebelde tutsi (Frente Patriótica Ruandesa), os Acordos de Arusha. Partes da população manifestavam seu forte descontentamento para com essa escolha e no trajeto de regresso a Ruanda, o avião em que o presidente estava foi abatido por um míssil de origem desconhecida. A autoria do ataque não foi declarada, hoje se desconfia do Poder Hutu, contudo, à época, a culpa recaiu sobre os tutsis.

Imediatamente os líderes do Poder Hutu e suas milícias passaram a massacrar e estimular a violência direcionada aos tutsis. Os massacres incluíam: incendiar casas; pilhar os pertences dos familiares que ali residiam; estupro de mulheres e meninas, executado em duas categorias: bush wives (termo que identifica mulheres e meninas sequestradas para servir forçadamente, inclusive sexualmente, seu sequestrador). e estupro individual ou coletivo seguido de assassinato; sequestro de crianças; assassinato generalizado, inclusive de recém-nascidos. Os hutus eram organizados e a ordem de exterminar os tutsis era seguida à risca, aqueles que se recusavam a o fazer, também poderiam ser assassinados.

O conflito terminou com o avanço da Frente Patriótica Ruandesa, ao conquistarem a capital Kigali. Nos seus 100 dias, o conflito resultou em quase 1 milhão de mortos, casas queimadas, lavouras destruídas, índices extraordinários de AIDS e malária, órfãos, refugiados e deslocados internos e, como é explorado no presente estudo, mudança demográfica e social.

Process Tracing do Conflito no Nepal

Por sua vez, o caso do Nepal apresenta raízes distintas. O país asiático não tem histórico de colonização. Dessa forma, o aprofundamento dos conflitos históricos a partir de um passado colonial, aparente no caso de Ruanda, aqui não se fazem presentes.

Contudo, é importante ressaltar a influência da comunidade internacional, principalmente a partir dos anos 1950, nos quais a ajuda externa preenchia ao menos 60% do orçamento do Estado. O Governo do Nepal se utilizou dessa ajuda externa para centralizar o Estado e estender seu aparatus ideológico, assim, consolidar e legitimar uma

monarquia absolutista, baseada na adoção da constituição de 1962, que oficializava o país como sendo um povo hindu; de língua oficial Nepali, falada e escrita pelas castas mais altas, em detrimento de 100 outras línguas presentes no território; além disso, ranqueava a população em castas, em concordância com a tradição hindu.

Dessa forma, apesar da divisão étnica não ser causa primária do conflito, devemos nos atentar para o efeito dela na sociedade nepalesa. Segundo o senso conduzido em 2011, a população é de maioria Hindu (81,3%), seguido por 9% que se identifica budista. 93% da população acredita que a religião é parte importante de seu dia a dia, dessa forma a divisão de casta hinduísta contribui para uma divisão social rígida baseada em status. Assim, homens e mulheres tem, historicamente, estruturado suas relações de formas diferentes, baseando-se em divisão de casta. Desse modo, criou-se interseccionalidade, recorrentemente e estrategicamente ignorada.

Os movimentos contra a monarquia de 1990, inicialmente, abriram espaço para mulheres. Contudo o padrão elitista e de exclusão de casta se fez presente. A constituição corrigia falhas da anterior, ao garantir os direitos fundamentais para todos os cidadãos sem discriminação, além disso obrigava partidos a reservar pelo menos 5 assentos da Casa Legislativa Baixa e 3 na Casa Alta para mulheres. Contudo, seguia declarando o país como hindu, e discriminava mulheres em diversos âmbitos, feito o direito à propriedade. Uma revisão feita pelo Forum for Women and Legal Developemnt, em 2000, destacou 100 clausulas e regras em 54 partes da legislação, incluindo a constituição, que estipulavam a discriminação legal de mulheres. (TAMANG, 2009).

Ademais, as partes da constituição em que se garantia igualdade perante os gêneros não foram implementadas em sua totalidade, a exemplo do pagamento igual para trabalhos iguais (GUL, 2007). A participação em partidos políticos e os assentos reservados para mulheres nas casas legislativas eram cumpridos em questão de quantidade, sem se atentar a qualidade.

Dessa forma, o compromisso escrito não se traduzia em uma realidade de igualdade. A tradição e a discriminação superam a lei. Assim sendo, os nepaleses preferiam gerar filhos homens, pois “nascer filha é um destino ruim” (GUL, 2007). Para se livrar de suas filhas muitas vezes pratica-se o casamento prematuro. Em média, as nepalesas se casam com 16 anos e são vítimas de violência doméstica e abuso sexual por parte de seus “cônjuges”. As jovens ainda sofrem com tráfico sexual, que desloca, anualmente, 10 mil nepalesas, entre 9 e 16 anos, para bordéis na Índia. Aquelas que se casam só podem sair de casa se o marido permitir, inclusive durante eleições, mesmo com o sufrágio feminino sendo garantido por lei.

Haviam, contudo, outros esforços formais que merecem destaque, como a assinatura da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW, 1979). em 1991. Algumas medidas são atribuídas a tendências internacionais e exigência de credores, mas a pressão política aplicada por grupo de mulheres que

engajaram em lobby culminou diretamente no estabelecimento do Ministério da Mulher e do Bem-estar, em 2002 e das comissões nacionais de mulheres (GUL, 2007). Dessa forma, o esforço constante das ativistas locais, somado as exigências internacionais geraram frutos no período anterior, posterior e durante a guerra.

Precedendo a Guerra, o país vivia uma conjuntura política baseada em uma monarquia parlamentarista instável. A democracia multipartidária foi restituída, após período de monarquia absolutista, em 1994. No mesmo ano o Partido Comunista do Nepal (Maoísta). foi fundado. O partido defendia os ideais maoístas e se opunha à monarquia constitucional. Sendo assim, em fevereiro de 1996, declarou uma Guerra Popular contra Exército Real de Nepal (ERN). a fim de estabelecer uma república comunista de partido único.

Durante os anos 1990, as forças policiais utilizaram de abuso sexual como ferramenta para suprimir insurgências antigovernistas. Essa tática resultou em aumento da raiva e frustração entre plebeus, alimentando o movimento maoísta. Assim sendo, muitas mulheres foram atraídas pela ideologia maoísta e se juntaram aos esforços de guerra desde o início. A insatisfação para com a monarquia também se deu por via da atuação do Exército Real, detendo ativistas políticos e silenciando críticos.

O conflito armado gerou inúmeras vítimas e, com elas, surgiu grandes ondas de protestos contra o Rei Gyanendra. Os protestos o levaram a renunciar ao poder absoluto em abril de 2006. Em novembro do mesmo ano, o primeiro-ministro e o chefe das forças rebeldes e fundador do Partido Comunista de Nepal, Prachanda, assinaram um acordo de paz, acabando com a guerra. O período de transição foi marcado pela adoção de uma nova constituição provisória, no início de 2007; pela presença maoísta na legislatura provisória: 84 cargos, dos 329; e pela definição, por parte da aliança no poder, de abolir a monarquia a partir das eleições de abril de 2008.

Cabe ressaltar o papel que a comunidade internacional desempenhou, que junto a pressão popular, promoveu direitos humanos em ambos os lados. A atuação da ONU foi crucial para que maoístas e o ERN tomasse medidas para diminuir os danos a civis, o número de execuções extrajudiciais e desaparecimentos. A exemplo, temos a abordagem do Departamento de Operações de Paz da ONU, que engajou em conversas com o ERN, apresentando a possibilidade de o exército ser barrado em futuras operações de paz. As operações são fonte de prestígio, treinamento e renda para o exército, que em 2006 compunha o 5 maior contingente, dessa forma a ameaça surtiu efeito. Ademais, entende-se que a restrição da importação de armas letais, pelos maiores exportadores, diminuiu a letalidade do conflito. Ainda assim, a guerra gerou cerca de 17000 mortes, 1530 desaparecimentos e mais de 8000 feridos.

As causalidades supracitadas deveriam ser tratadas durante o período de transição, contudo, apesar do acordo de paz prever a investigação de crimes de guerra, nenhum perpetrador foi punido. Ademais, os processos de transição foram projetados por e para

aqueles responsáveis pelos abusos, aprofundando o vazio existente entre vítimas da guerra e atuais policy-makers. O processo de cura e reconstrução está, então, incompleto, podendo gerar rugas futuras.

Com exceção de Gul e Tamang, as fontes até aqui utilizadas para fazer a recapitulação da guerra civil pouco citam a presença de mulheres, mesmo como vítimas. A marginalização, quando não a completa negligência, das questões femininas também se deu por parte dos atores da guerra. Contudo, quando buscamos especificamente pela participação de mulheres no conflito, conseguimos perceber uma enorme presença que não é relatada.

Durante a guerra, o estupro foi utilizado como arma pelos dois lados, com o objetivo de acabar com a honra do inimigo. Nesse cenário, a preocupação em sujar a linhagem de outra etnia não é presente, contudo, a honra ainda é atrelada ao corpo feminino e a sua “pureza sexual”. Além disso, muitas mulheres foram torturadas com a finalidade de extrair informação. Organização locais estimam que 40-60% das vítimas e dos afetados são do sexo feminino (THAPA). Mulheres e meninas foram assassinadas, estupradas em grupo, transformadas em viúvas prematuramente; tiveram que fugir de suas casas com medo de serem atacadas, tornando-se deslocadas internas ou sem teto; foram negadas cuidados. Mas, além de serem vítimas da guerra em grau e forma diferente que os homens, mulheres foram participantes ativas nas forças de guerra e de paz, foram encarregadas de tarefas tipicamente masculinas e tiveram seu papel civil e político ampliado.

Durante a guerra, mulheres participaram como aliadas, combatentes rebeldes e membros de organizações da sociedade civil. Dessa forma, a atuação feminina era liderada por mulheres em diferentes frentes e com pouca coordenação, impossibilitando a construção de uma frente única. No período do conflito, as múltiplas hierarquias se fizeram presente, à medida que mulheres estavam crescentemente priorizando suas identidades a partir de casta e etnia (TAMANG), e movimentos de mulheres foram dominados e liderados pelas mulheres de castas altas.

Presentes desde a origem do movimento maoísta, mulheres se juntaram a insurgência principalmente para desafiar a discriminação contra elas (GUL, 2007):

Women joined the insurgency for three main reasons. First, they were against the socio-cultural suppressive customs and the Maoists had pledged to establish an equitable society based on equal political, social and economic rights to women; secondly, mostly women were the victims of rape by the security forces or their husbands and children had been killed by the police during political uprisings, so they wanted to take revenge on the security forces; thirdly, they joined the movement to gain political advantages.

O partido comunista firmava compromisso com questões de gênero principalmente nos pontos 18 e 19 de sua Declaração de Demandas, publicada antes do início da guerra. Respectivamente, “Nepal deve ser declarado um Estado secular” e “Garotas deveriam receber oportunidades iguais a seus irmãos”. Tamang (2009). traz uma reflexão de Yami

(2007), na qual o ponto 18 é avaliado como sendo um compromisso para com as mulheres, visto que a opressão baseada no gênero é fortemente enraizada na religião hindu, patrocinada pelo Estado. O programa radical do partido pontuava a transformação das relações de gênero como necessária para conquistar transformação econômica, política e social. (TAMANG, 2009).

Na prática, o partido fundou iniciativas para prevenir o casamento infantil e a poligamia, proibir a prática de *period shaming*, na qual mulheres menstruadas eram obrigadas a dormir em celeiros, afastadas dos outros, proibir a mesma prática com mulheres que haviam recém-parido, e campanhas antiviolência doméstica. A ideologia e as práticas dos rebeldes possibilitaram uma gama de ganhos para as mulheres, dentre elas a queda abrupta de casamentos infantis e de casamentos poligâmicos. Se um homem cometesse poligamia, os maoístas obrigavam a separação da primeira mulher e o homem tinha obrigação de dar a ela parte de sua propriedade. Essa mudança foi vista como algo positivo, uma vez que garante a primeira mulher direitos de propriedade. Além disso viúvas eram tradicionalmente proibidas de casar-se, sendo obrigadas a viver uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os maoístas abandonaram essa prática e re-casavam mulheres viúvas.

As rebeldes tinham numerosas funções dentro da insurgência, das quais grande parte concordava com a divisão sexual do trabalho, focando em alimentação, cuidados, saúde da família; e outras que desafiavam tal divisão, focando em combate direto. Ainda havia alguma divisão por casta, de modo que mulheres marginalizadas eram permitidas apenas as tarefas de acender fornos, coletar lenha e dobrar roupa dos camaradas (TAMANG, 2009). Além de não condizer com o propósito primário da insurgência, a prática é nociva aos movimentos femininos, pois limita e ranqueia mulheres. Por outro lado, em áreas controladas pelos maoístas, mulheres se encontravam em posições políticas de destaque, chegavam a 50% da composição do governo local; estavam presente em cortes legais e cumpriam importante papel na construção de uma economia autossuficiente. Dessa forma, a situação econômica de mulheres insurgentes melhorou, comparado ao cenário pré-guerra, diminuindo a disparidade econômica de gênero. (GUL, 2007).

Ainda assim, o exército maoísta não exterminou toda discriminação de gênero. Algumas atitudes “positivas” se relevam apenas como mais uma forma de opressão, no texto de Tamang (2009). A exemplo, temos o fim da segregação de mulheres durante o período menstrual ou após o parto, contudo, isso foi usado de desculpa para obrigar mulheres a cumprirem tarefas domésticas durante tais períodos. A autora relata uma cena na qual uma mulher que havia parido do dia anterior estava cozinhando para os combatentes.

Podemos classificar o compromisso dos maoístas para com o movimento de mulheres como superficial. Uma pesquisa conduzida em 2002-2003 pelo departamento de mulheres do partido, fundado em fevereiro de 2002, 6 anos após o começo do conflito, averiguou que, das mulheres entrevistadas, 74,5% afirmaram que discriminação de gênero

estava “normalmente presente”; enquanto 3,66% dizia estar “excessivamente presente”. (TAMANG, 2009).

Ademais, nas peacetalks de 2003 o partido, que contava com alto índice de envolvimento de mulheres, não levou nenhuma representante, com a justificativa de que “não é necessário ter mulheres no time para elas serem representadas”. A fala reflete a falta de interesse por parte do partido maoísta em empoderar mulheres politicamente e dar espaço para que elas tenham possibilidade de se envolver com processos políticos formais. Contudo, as demandas apresentadas pelos homens do partido resultaram em avanços, tal qual a declaração do governo, durante as peace talks, de que todo tipo de opressão de mulheres e o tráfico de mulheres deveriam ser interrompidos; e mulheres deveriam ter direitos iguais inclusive quando ao direito a herança. Ambos pontos haviam sido defendidos pela delegação maoísta dois anos antes, nas peace talks de 2001. O governo também incluiu em sua fala a demanda feministas. Os avanços defendidos pelo governo têm como causa a pressão política por parte dos maoístas em abordar o assunto, de modo que “as maoístas fizeram o governo progredir em 10 anos o que demoraria 50” (TAMANG,2009).

O tráfico de mulheres e meninas era, como vimos ao início da sessão, questão grave no território nepalês e foi abordado por ambas partes nas peacetalks de 2003, culminando, em 2007, no Human Trafficking Act, o qual garantia apoio e cuidado as vítimas; e criminalização do transporte e trafico das mesmas. Contudo o posicionamento anti-tráfico era acompanhado de um discurso baseado na honra nacional e nos valores das famílias, não no status de igualdade de gênero.

O número de participantes mulheres na luta maoísta não é exato, visto que há dados convergentes. Enquanto o Tamang; e Thapa e Canyon (2009, 2017). declaram a presença de menos de 20% dos combatentes registradas junto a ONU, os maoístas afirmam que a participação de mulheres chegou a representar 40 - 50% da insurgência (GUL,2007). Ademais, questiona-se se as participantes foram forçadas a juntar-se aos rebeldes, por meios violentos. Analisando as propostas maoístas e o grau de participação, Gul (2007). avalia que essa hipótese é pouco provável. Sendo assim, o período de transição e as conversas de paz deveriam se atentar as motivações que levaram mães, filhas e esposas a se engajarem em um movimento de guerra, abordando a discriminação e propondo soluções.

Por sua vez, o governo tentou impedir que mulheres participassem da guerra, estuprando, prendendo e matando-as. A arbitrariedade das atitudes da polícia custou não somente a vida de rebeldes combatentes, mas também de mulheres desamparadas que se dirigiram a campos maoístas para requisitar ajuda em casos de violência doméstica.

Após o início do combate entre o governo e o partido maoísta, as organizações da sociedade civil (OSC). passaram a desempenhar ainda mais responsabilidade políticas e entregar serviços orientados pelo desenvolvimento nacional. Dessa forma, ONGs direcionadas a mulheres prosperaram, com foco em: aumentar o acesso a saúde, educação,

alfabetização, poupança e atividade de crédito, grupos políticos, educação de eleitoras, e lobby a nível nacional. A última atividade tem relevância, principalmente, por ser uma forma de representação política e influência em policy-making altamente ligada aos movimentos de base e a população local.

Mulheres participaram por anos de comícios de paz por todo o país, além de advogar fortemente pelas conversas de paz. Posições de liderança nas comunidades e na sociedade civil em movimentos para a paz eram tipicamente atribuídas a mulheres, muitas das quais arriscavam suas vidas a fim de negociar com as forças nacionais e como os rebeldes. Em 2006, as demonstrações em massa contra o rei, que culminaram em sua renúncia ao poder absoluto, tiveram ampla participação de mulheres.

A pressão dos movimentos femininos foi de extrema importância para a participação política de mulheres e, conseqüentemente, para o reconhecimento de seus direitos. Como resultado direto dessa pressão podemos ressaltar a adoção de cotas para candidatas mulheres na Assembleia Constituinte, que era tanto um corpo legislativo quanto uma instituição com tarefa de fabricar a nova constituição. Com as cotas, mulheres conquistaram 33% de acentos em 2008, número significativamente superior aos 17% de 2007. Como reconhecimento de direito vinculado a essa participação, temos a proibição de violência física, mental e de outras formas contra a mulher, na constituição provisória de 2007. Ainda assim, mulheres e minorias eram marginalizadas dentro da assembleia, tendo representatividade quantitativa mas não qualitativa.

Os principais objetivos dos acordos de paz incluíam, a democratização das forças armadas e a transformação dos maoístas de grupo insurgente para partido político civil. Dessa forma, o partido maoísta foi inserido na política mainstream sem cumprir plenamente com seus compromissos para com o movimento feminino.

Nas forças armadas houve a inclusão de 1400 combatentes rebeldes, dos quais 1388 tornaram-se soldados e 70, incluindo 4 mulheres, oficiais de comando em 26 de agosto de 2013. A quantidade de mulheres combatentes absorvida pelas forças armadas é incompatível com a porcentagem de participação feminina no conflito (seja de 20% ou de 50%). Naquela época, mulheres ex combatentes e outras que contribuíram para desenvolvimento e processo de paz não foram reconhecidas oficialmente. A maioria das combatentes foi liberada pelo exército com a justificativa de “capacidade inadequada”. TAMANG (2009). atribui esse fato ao discurso parcial de que mulheres no exército maoísta eram pobres aldeãs à mercê do Estado e dos rebeldes. Essa visão, falseada, diminui consideravelmente o papel das mulheres no conflito e as posiciona como incapazes frente ao exército nepalês. As ex-combatentes ainda sofrem mais preconceito que os homens, sendo qualificadas como “in-casáveis”.

Atualmente, avalia-se que o processo de transição foi mal-conduzido, culminando em conjuntura instável. Quanto a especificidade das mulheres, os dados referentes ao quanto foram afetadas estão indisponíveis a nível nacional e há falta de consenso entre os

dados de Organizações Internacionais, Organizações da Sociedade Civil e Governo. Assim sendo, o processo de cura das nepalesas é dificultado, ao passo em que não recebem atenção e não se sabe ao certo a dimensão da problemática.

O governo afirma que das 9.000 viúvas pelo conflito, apenas 4279 receberam compensação monetária que lhes é devida, sendo algumas incompletas. Ademais ONGs declaram que o número oficial está incompleto e o total de viúvas pelo conflito é muito superior. Esse número pode ser ainda maior ao considerar esposas de desaparecidos. De acordo com a lei nacional, um desaparecido não pode ser considerado como falecido por um certo período de tempo, dessa forma, seus filhos e esposas permaneceram em situação de vulnerabilidade por mais de 1 década. As famílias de desaparecidos não tiveram acesso a recompensação financeira e tiveram o acesso aos direitos da propriedade limitados, sendo obrigados a esperar 12 anos para utilizar a terra de um desaparecido. Dessa forma, tiveram o acesso a colheita, formas de alimentação, educação, assistência médica e abrigo limitado.

As vítimas de estupro também se encontram em vulnerabilidade devido a negligência por parte do governo. A falta de cuidado causou suicídios, traumas psicológicos, estigma, vulnerabilidade psíquica e crianças indesejadas, cujo cuidado e nacionalidade não foram tratados.

Apesar da ideologia maoísta ter penetrado na sociedade nepalesa, precisamos avaliar se houve realmente uma mudança na mentalidade a respeito do sistema econômico, das dinâmicas sociais e do status da mulher. Essa mudança, ou continuidade, de mentalidade define se a participação política de mulheres e as políticas produzidas para diminuir o gender gap avançarão ao longo do tempo e em que velocidade

O caso do Nepal serve para verificar como movimentos sociais femininos tem poder de pressionar governo e garantir ganhos legais a respeito do status da mulher, mas, especialmente, comprova a importância da comunidade internacional para tratar das violações de direitos humanos com seriedade. Pode-se perceber que a atuação de organizações internacionais e de atores estatais foi fundamental para a promoção dos direitos, por meio de restrições e pressões diplomáticas. Assim, é necessário que a comunidade internacional se atenha também a promoção de direitos das mulheres, visto que seu envolvimento pode gerar frutos positivos no tópico.

COLETA DE DADOS

Para essa etapa, foram coletados dados de dois índices, a fim de avaliar quantitativamente e qualitativamente o avanço do status da mulher durante os períodos aqui estudados. Os índices são:

a. Global Gender Gap Report , produzida anualmente, desde 2006, pelo World Economic Forum. Conta com uma análise detalhada de 153 países, incluindo Ruanda

e Nepal. As principais variáveis a serem retiradas dessa base de dados são Colocação no ranking; participação econômica e oportunidades; empoderamento político; igualdade salarial; mulheres em cargos legislativos, gerentes ou de alta patente; avanço em cargos de liderança; variáveis educacionais, como alfabetização; presença de violência de gênero: direitos civis, feito o direito de pedir divórcio; direitos políticos, como cota de lista eleitoral, ano em que se conquistou o sufrágio feminino, cota para filiação partidária, assentos ocupados por mulheres na câmara alta, no parlamento e nos ministérios. Com essas variáveis, poderei verificar se há um avanço contínuo no tempo e amplo tematicamente nos direitos das mulheres e em sua presença política formal em ambos os países. Importante pontuar que Ruanda só entrou no índice a partir da edição de 2014, portanto os dados do país contemplam somente o período entre 2014 e 2021.

b. World Bank Open Data. Base de dados produzida anualmente pelo World Bank e apresentada de forma contínua no tempo. Aqui utilizarei as variáveis presentes na seleção Gender de vulnerabilidade empregatícia e proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional. Os dados para as variáveis contemplam um período de, respectivamente, 1991-2020 e 1997-2020.

Neste momento é importante pontuar as limitações que se impõe à pesquisa. Apesar das bases de dados serem abrangentes, o período de tempo é limitado e, como no caso do Global Gender Report e a variável do World Bank, proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional para Ruanda, que não engloba os anos anteriores aos conflitos. Ademais, por vez ocorre a substituição ou descontinuação de variáveis, bem como mudança em critérios e métodos avaliativos, como é o caso da variável avanço em cargos de liderança, do índice Global Gender Report. Os valores utilizados para a análise podem ser encontrados no anexo.

RESULTADOS:

No Global Gender Index, Ruanda se classificou no ranking geral, durante o período analisado, nas posições entre 4 e 9, sendo a melhor em 2017. No ranking específico de empoderamento político, o país se classificou entre as posições 3 e 8, tendo uma avaliação constante e positiva. Quando comparado com outras áreas abordadas pelo indicador, feito a participação e oportunidades econômicas - que rankeou entre 5 e 79 -, a participação política tem desempenho superior. Ainda assim, a colocação e os valores atribuídos para Ruanda nos aspectos econômicos são consideravelmente relevantes, uma vez que fogem do padrão da área geográfica. A variável participação de mulheres no parlamento tem desempenho impressionante, conquistando a posição de número 1 em todos os anos avaliados. A variável mulheres em posição ministerial também tem desempenho relevante, com melhora progressiva, subindo da posição 13, em 2014 a 1 em 2018, que foi mantida pelos próximos 2 anos. A variável avanço em cargos de liderança sofreu mudanças em

seu cálculo, nas quais por vez era calculado entre 1 e 7, sendo 7 o melhor resultado; e outras entre 0 e 1, sendo 1 o melhor resultado. Ruanda obteve, em todos os anos, valores próximos a máxima, indicando alta probabilidade de avanço.

Por sua vez, Nepal se classificou no ranking geral, durante o período analisado, nas posições entre 101-123, sendo a melhor posição do ano de 2020. No ranking específico de empoderamento político, o país garantiu as posições entre 34-102, tendo como média a posição de número 61 e as posições das extremidades como sendo anomalias. Em comparação com o ranqueamento nas outras 3 áreas abordadas pelo índice (economia, saúde e educação), o desempenho político de Nepal é notório. A variável participação de mulheres no parlamento também reflete uma realidade favorável, estando, em média, na posição de número 37. Nepal apresentou resultados insatisfatórios na variável avanço em cargos de liderança, estando sempre abaixo do valor médio, isso é, com baixa chance de avanço.

Quanto às variáveis do World Bank, Ruanda tinha uma média de 97,06% das mulheres em situação de vulnerabilidade empregatícia antes do genocídio. Valor que mudou para uma média de 87,32%. Aqui é necessário pontuar que a base de dados conta com apenas 3 anos pré-conflito e 25 anos pós conflito. Já a variável proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento, não conta com anos anteriores ao conflito. Contudo, em ambas podemos ver significativa e constante progressão. A análise do desenvolvimento da variável econômica é interessante de maneira a comparar com a variável política, visto que a segunda avança mais rapidamente que a primeira, contribuindo para a avaliação que este estudo pretende efetuar.

Nepal tinha uma média de 93,15% de mulheres em situação de vulnerabilidade empregatícia entre os anos 1991 e 2005, valor que alterou para 89,94% entre os anos 2007 e 2020. Quanto à proporção de assentos ocupados por mulheres, Nepal apresentava uma média de 5,31% no primeiro período, que expandiu para 30,75% no segundo período.

Ambos os países apresentam notória progressão nas variáveis políticas, de forma distinta a outras variáveis e a outros países, vide o posicionamento no ranking do Global Gender Report.

CONCLUSÃO

Para finalizar a análise, é importante ressaltar que o caso de Ruanda é considerado o de maior sucesso, motivo pelo qual é objeto de inúmeros estudos. Ademais, é preciso considerar que outros fatores que não foram considerados pelo presente estudo podem afetar os resultados obtidos. Apesar das limitações metodológicas e analíticas, pode-se afirmar que: os países avaliados apresentaram ganhos na representação política de mulheres, após os períodos de conflito. Esses ganhos são progressivos e apresentam relevância, uma vez que diferem do padrão de outros âmbitos, feito saúde e educação.

Através da revisão bibliográfica e do método de process tracing foi possível identificar os caminhos traçados para que esse espaço fosse conquistado pelas mulheres, que superou entraves e se manteve presente após o período de transição.

Ainda que os países tenham vivido conflitos extremamente divergentes, os ganhos políticos de mulheres em períodos pós-conflito são significantes em ambos, uma vez que o momento abre espaço para uma reformulação social. O objetivo da presente pesquisa e a análise que foi proposta comprovam a conquista, a manutenção e a progressividade de tais direitos durante e ou em consequência do período de transição. Contudo, isso não se traduz asseguradamente em avanços para igualdade em outros âmbitos. Dessa forma, faz-se necessário uma investigação mais aprofundada sobre a qualidade e os limites dessa representação.

REFERÊNCIAS

12-point understanding reached between the Seven Political Parties and Nepal Communist Party (Maoists). Disponível em: <https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/NP_051122_12%20Point%20Understanding.pdf> Acesso em: 08/04/2021.

ADHIKARI, Deepak. Anadolu Agency. Nepal: 13 years after civil war ends, victims await justice. Jul, 2019. Disponível em <<https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/nepal-13-years-after-civil-war-ends-victims-await-justice/1530499>> Acesso em: 09/04/2021.

ALI, Jerusa e BUSS, Doris. Rwanda: Women's Political Participation in Post-Conflict State-Building, In: : AOLÁIN, Fionnuala Ní et al. *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. New York: Oxford University Press, 2018.

Aljazeera. Timeline of Nepals Civil War. Abr, 2008. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2008/4/8/timeline-of-nepals-civil-war-2>> Acesso em: 09/04/2021.

AOLÁIN, Fionnuala Ní et al. *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. New York: Oxford University Press, 2018.

BALESTRO, Moisés V, VARGAS, Eduardo R, JUNIOR, Eliseu V. M. *Estratégias Comparativas em Estudos de Caso em Administração*. I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. 2007.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. Conflito Armado na Somália: Análise das Causas da Desintegração do País Após 1991. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

COUTO, Andréia Terzariol. Mídia e Propaganda Racista: Como os MassMedia Controem a Imagem da Realidade Social – Uma Leitura do Genocídio de Ruanda. Revista Extraprensa 3, no. 2. out 2010. 1-19. 2010.

Cultural Atlas. Nepalese Culture. Disponível em: <<https://culturalatlas.sbs.com.au/nepalese-culture/nepalese-culture-business-culture#nepalese-culture-business-culture>> Acesso em: 07/04/2021.

FRUCTUOZO, Ligia Maria Lario e AMARAL, Sérgio Tibirica. Ruanda: Memórias de um Genocídio [S.l.: s.n.], 2009.

GEORGE, Alexander L, BENNETT, Andrew. *Case studies and Theory Development in the Social Sciences*. The MIT Press, 2005.

GUL, Nabiha. Women in Conflict Zones: Case study of Nepal. Pakistan Institute of International Affairs. Pakistan Horizon, october 2007, vol 60, No.4, Womens concerns in International Relations (october, 2007). p.69-79

HUDSON, Heidi. Peacebuilding Through a Gender Lens and the Challenges of Implementation in Rwanda and Côte d'Ivoire. *Security Studies*. 2009

Human Rights Watch. Nepals Civil War: The Conflict Resumes. A Humam Rights Watch Briefing Paper. Mar, 2006.

Investing in Rural People. Nepal. Disponível em: <[JAQUETTE, Jane. *Women/Gender and Development: the Growing Gap Between Theory and Practice*. New York: Springer Science+Business Media, 2017.](https://www.ifad.org/en/web/operations/country/id/nepal#:~:text=Although%20more%20than%2070%20per,has%20strong%20potential%20for%20development.&text=An%20estimated%202%20million%20people,20%20per%20cent%20of%20GDP.>> Acesso em: 07/04/2021</p></div><div data-bbox=)

KINDERVATER, Lisa; MEINTJES, Sheila. Gender and Governance in Post-Conflict and Democritizing Settings. In: AOLÁIN, Fionnuala Ní et al. *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. New York: Oxford University Press, 2018.

KOUVO, Sari; LEVINE, Corey. Who Defines the Red Lines? The Prospects of Saveguarding Women's Rights and Securing Their Future in Post-Transition Afghanistan. In: AOLÁIN, Fionnuala Ní et al. *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. New York: Oxford University Press, 2018.

MZVONDIWA, Cecilia Ntombizodwa. The Role of Women in The Reconstruction and Building of Peace in Rwanda; Peace Prospects for the Great Lake Region. *African Security Studies*, 2007

OECD. Democracy Support Through the United Nations: Repost 10/2010 - Evaluation. Nepal Case Report.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge e ONUKI, Janina. A distância de gênero. In: *Manual de Negociações Internacionais*. São Paulo: Global South Press, 2015.

PAILEY, Robtel Neajai. *Women, Equality, and Citizenship in Contemporary Africa*. Oxford, 2019.

PYAKUREL, Uddhab. Nepals Politics: After the Peace agreement. Peace Audit Nepal. Institute of Peace and Conflict Studies, 2013.

RAMOS, Nayra Thamires Alves. O Trabalho Feminino e a Guerra: Como Conflitos Armados Modificaram Participação Feminina no Mercado de Trabalho em Ruanda e Somália. Brasília, Universidade de Brasília. 2018

SHARLACH, Lisa. Gender and Genocide in Rwanda: Women as Agents and Objects of Genocide. *Journal of Genocide Research*. 1999.

TAMANG, Seira. The Politics of conflict and the Difference or the Difference of Conflict in Politics: The Womens Movement in Nepal. *Feminist Review*, 2009, No. 91, south asian feminisms: necotiating new terrains (2009), p. 61-80.

THAPA, Lily and CANYON, Deon V. *The Advancements of Women in Post-Conflict Nepal* Asia-Pacific Center for Security Studies, 2017.

TRIPP, Aili Mari. *Women's Organization and Peace Initiatives*. In: AOLÁIN, Fionnuala Ni et al. *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. New York: Oxford University Press, 2018.

TRIPP, Aili Mari. *Women's Organizations and Peace Initiatives*. In: *Oxford Handbook of Gender and Conflit*. Fev 2018. Oxford.

WORLD BANK. World Bank Open Data. Gender Equality Data & Statistics. Washington, 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Gender Gap Report 2006-2020*. Genebra; 2006-2020.

ÍNDICE REMISSIVO

SÍMBOLOS

1º Ciclo 144, 145, 151, 154

A

Amor 4, 23, 43, 112, 113, 114, 115

Análise de desempenho profissional 5, 132

Andróides 4, 93, 94, 97

Antropologia 31, 32, 111

Áreas rurais 14

B

Banda desenhada 5, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Brasil 3, 4, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 40, 68, 73, 77, 79, 91, 116, 119, 120, 122, 124, 128, 129, 130, 131, 142, 162, 165

Bucólica X 4, 112, 113, 114

C

Ciências humanas 1, 2, 155, 166

Conflito armado 47, 52, 60

Conhecimentos tradicionais 116, 119, 120, 121, 123, 124

Covid-19 4, 12, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84

Cultura 4, 14, 15, 23, 24, 45, 71, 88, 89, 90, 95, 97, 99, 104, 105, 110, 118, 120, 124, 138, 150, 159, 160, 163, 165, 166

D

Diversidade 3, 120, 121, 123, 125, 128, 144, 155

E

Écloga 112, 113

Educação 2, 3, 4, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 12, 13, 20, 26, 27, 28, 29, 55, 56, 57, 59, 63, 66, 71, 74, 104, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 143, 144, 145, 148, 149, 154, 156, 157, 158, 163, 165, 166

Educação ambiental 4, 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125

Educação financeira 4, 126, 128, 129, 130, 131

Educação matemática 126, 129, 131

Elegia 112, 113

Encarceramento 37, 40, 63, 69, 72, 73, 74

Ensino de história 5, 159, 160, 161, 163, 165

Epicuro 112, 113, 114

Era Viking 98, 99, 100, 101, 105, 110, 111

Escandinávia 98, 99, 104, 105, 107, 109

F

Falo 41, 42, 43, 45, 46

Família 8, 11, 22, 23, 25, 48, 54, 103, 106, 108, 153

G

Geografia 75, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 155, 157, 161

Globalização 5, 75, 132, 133

H

Hanseníase 3, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40

História 3, 5, 5, 19, 20, 21, 26, 29, 36, 98, 100, 104, 108, 111, 131, 133, 144, 150, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

História cultural 98, 100, 159

I

Inclusão 3, 8, 14, 20, 25, 26, 28, 29, 48, 56

Internação Compulsória 3, 30, 31, 33, 36, 39, 40

J

Juventude 2, 3, 1, 2, 3, 4, 5, 12, 13, 72, 73, 106, 166

L

Lógica 27, 32, 39, 41, 42, 44, 93, 96, 110

M

Meio local 143, 145, 153, 154

Mito 3, 4, 41, 98, 99, 101, 104, 105, 109, 110

Mitologia nórdica 98, 99, 100, 101, 103, 109, 110

Modelagem matemática 4, 126, 127, 128, 129, 130, 131

Mulheres 3, 7, 20, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 79, 83, 99, 100, 104, 106, 107, 111

N

Negociações de paz 47

P

Paisagem 5, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 165

Pandemia 6, 12, 75, 76, 78, 82, 83, 154, 156

Participação política 3, 47, 49, 56, 57, 58

Período de transição 47, 49, 52, 55, 60

Pessoa com deficiência 3, 19, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29

Pós-guerra 22, 47

Povos indígenas 4, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125

Programa de aprendizagem 1, 2, 8, 12

R

Ragnarök 4, 98, 99, 101, 105, 108, 111

Redes sociais 14

Representações femininas 4, 98

S

Saúde 2, 4, 35, 37, 38, 54, 55, 59, 70, 75, 76, 82, 114

Segurança 33, 48, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Seletividade 3, 63, 66, 68, 72, 73

Sociedade 2, 8, 10, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 48, 51, 53, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 69, 73, 98, 99, 101, 104, 105, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 124, 127, 128, 139, 140, 143, 147, 160, 163

Sufrimento social 30, 38

Sustentabilidade 116, 117, 119, 123

T

Tolerância zero 3, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74

Trabalho 3, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 25, 28, 30, 31, 32, 48, 54, 61, 63, 65, 66, 73, 80, 81, 98, 100, 101, 106, 110, 132, 134, 136, 137, 141, 142, 151, 156, 159, 160, 161, 165

Turismo cultural 5, 159, 160, 163, 164, 165

V

Violência 48, 50, 51, 55, 56, 58, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 73, 162

Virgílio 4, 112, 113, 114, 115

W

Web 2.0 3, 14, 15, 16, 17, 18

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉️ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022